

Bank of Boston aceita negociação direta

JORNAL DO BRASIL

8 OUT 1986

divulga Est

Brasília — O presidente do First National Bank of Boston, Irã Stepanian, afirmou ontem que o seu banco — credor do Brasil em 260 milhões de dólares — não tem nada contra negociar essa dívida diretamente com o governo brasileiro. Observou, porém, que considera difícil, ou quase impossível, o Brasil negociar diretamente com 800 bancos credores, cada um com exigências diferentes.

Ele ressaltou, no entanto, que os bancos credores estão abertos a soluções alternativas ao FMI — Fundo Monetário Internacional no processo da negociação da dívida externa. Citou entre essas alternativas, que devem ter representatividade dos credores, alguma agência internacional ou os bancos centrais. “Sem a presença do FMI, como organizar essa negociação e como chegar a um acordo com os bancos?”, indagou.

Na sua opinião, os bancos comerciais deveriam financiar apenas operações comerciais, e a questão da negociação com o governo deveria ficar, pela sua abrangência, com uma agência ou com os bancos centrais. Ressaltou que os bancos credores só não aceitam a inexistência de um organismo para discutir e acompanhar de perto as metas de política econômica. Acrescentou que o rescalonamento

plurianual da dívida impõe certos condicionantes ao país devedor.

Após audiência com o presidente José Sarney, acompanhado da diretoria executiva do banco, Irã Stepanian disse que saiu confiante no sucesso do Plano Cruzado para a estabilização da inflação e o crescimento econômico do país. Enfatizou, após elogiar o presidente Sarney, “que está a par de todos os problemas do Brasil” e que o sucesso da política econômica brasileira vai levar os bancos internacionais a confiarem no país e aplicar mais recursos em projetos para o seu desenvolvimento.

Ao ser indagado se o Bank of Boston poderia capitalizar parte de seu crédito com o Brasil, Ira Stepanian informou que a legislação dos Estados Unidos proíbe que os bancos sejam proprietários de empresas comerciais e industriais em países devedores. Revelou, porém, que estuda a possibilidade de transformar os eventuais créditos de empresas internacionais, realizados através de seu banco, em capital de risco em empresas brasileiras.

“O Brasil não precisa mais da muleta do FMI”, afirmou o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que disse ain-

da, em entrevista, que o Brasil não é mais problema para os credores.

Para o presidente do Banco Central, não existe a menor possibilidade de o Brasil aceitar o monitoramento do FMI, nem tampouco de outro órgão ou entidade que venha ter a função de acompanhar de perto e ditar os rumos da economia brasileira. Na avaliação de Fernando Bracher, não há dificuldades nas negociações com o Clube de Paris. O presidente do BC está convicto de que o Brasil fechará um acordo com o Clube, conseguindo portanto o reescalonamento das dívidas vencidas em 1985 e das que vencerão em 1986.

Bracher disse ainda que durante almoço com um representante do Bank of Boston no Ministério da Fazenda, na presença do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em nenhum momento o executivo americano falou da necessidade de o Brasil se submeter ao monitoramento do FMI.

Reservas cambiais

O Brasil vem gastando cerca de US\$ 300 milhões por mês das suas reservas cambiais. Se este mesmo ritmo for mantido por mais alguns meses, graves proble-

mas cambiais serão enfrentados pelo governo já no primeiro trimestre do próximo ano, advertiu ontem, em São Paulo, João Luiz Mascolo, diretor do Ibmecc — Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, durante seminário sobre câmbio promovido pela Funcex e BMF — Bolsa Mercantil e de Futuros.

De acordo com Mascolo, que já estima um superávit da balança comercial na marca dos US\$ 11 bilhões e 900 milhões — bem abaixo dos US\$ 13 bilhões programado inicialmente pelo próprio governo —, os principais fatores que estão levando o país a queimar suas reservas são: aumento das importações de alimentos para resolver o problema de abastecimento; estimativa errônea de uma folga cambial de 30% por ocasião da implantação do Plano Cruzado; inflação não computada pelo compulsório e ágios e disparidade entre o câmbio e os salários.

Para o diretor do Ibmecc, se nada for feito para reverter essa situação, já no início de 1987 as reservas cambiais, que em abril deste ano estavam em US\$ 7 bilhões 700 milhões poderão estar bem próximas do nível crítico de US\$ 3 bilhões e 500 milhões. Mascolo entende que o governo precisa desaquecer a demanda e mexer na taxa cambial.